



Ao contrário do que se imagina, a madeira brasileira extraída de modo ilegal não vai para o exterior, mas fica no País; o Brasil só responde por 10% do volume total de madeiras tropicais comercializadas no mundo

São Paulo, o maior consumidor de madeira ilegal da Amazônia

Luiz Vasconcelos/A CRITICA/AE

Paulistas ficam com 19% dos 28 milhões de metros cúbicos retirados por ano da floresta

ROBERTO KISHINAMI
 Especial para o Estado

O Sul e Sudeste, especialmente São Paulo, são os maiores consumidores da madeira amazônica extraída de forma predatória. Todos os anos são arrancados da floresta 28 milhões de metros cúbicos de madeira em tora. Desse total, só 4 milhões vêm de áreas em que se pratica manejo florestal. Todo restante é oriundo de desmatamentos em propriedades particulares, terras públicas e áreas indígenas.

Ao contrário do que se imagina, não é para o mercado externo que vai a madeira da Amazônia. Só 4 milhões de metros cúbicos de madeira em tora são exportados anualmente e os principais compradores são os europeus, seguidos dos norte-americanos. O total exportado coincide com a produção do manejo florestal. E isso dá alguma pista do papel que têm os consumidores na destruição ou na preservação da floresta.

Os Estados do sul e sudeste consomem anualmente 16 milhões de metros cúbicos das árvores amazônicas. São Paulo, sozinho, transforma um terço desse total - 5,2 milhões - em material de construção descartável e permanente (portas, janelas e esquadrias, mobiliário, toda a sorte de apetrechos, como cabos de faca, e ferramentas). O consumo per capita de madeira em São Paulo é três vezes maior que o do Japão - o maior devorador de madeiras tropicais do planeta.

A informalidade e a ilegalidade acompanham a madeira amazônica, desde sua origem até o consumidor final. Nas palavras de um diretor de grande rede de varejo de materiais de construção "para vender produtos de madeira amazônica é preciso se cercar de todo tipo de



Denúncias de extração predatória feitas por ativistas levaram o Ibama a suspender o corte de mogno, na semana passada, até que termine uma auditoria nas áreas de manejo florestal

cuidado, pois você nunca sabe quando vai ser exposto a madeira extraída ilegalmente e esses cuidados são custos improdutivos no processo". A empresa se empenha em não ser citada em reportagens sobre a madeira da Amazônia argumentando ser, invariavelmente, prejudicial à sua imagem.

Tipos - As duas formas de extração de árvores - desmatamento e manejo florestal - diferem pelo que deixam da floresta depois do corte das árvores. No desmatamento, os proprietários rurais, ao transformarem floresta nativa em pasto ou em áreas de plantio, primeiro extraem as árvores de valor comercial. Depois, derrubam e queimam a mata restante.

Nesse processo, raramente obtêm mais que R\$ 10 pelo metro cúbico. Os preços variam conforme a distância até a serraria, a época do ano em que é feito o corte, a existência ou não de autorização e o volume disponível. O corte é feito, em geral, por madeireiros vinculados às serrarias.

No manejo florestal, as propriedades são divididas em lotes e, em cada um, as árvores para o corte são identificadas em um mapa com coordenadas geográficas. Feito o levanta-

mento, elabora-se o plano de manejo florestal, de modo que cada lote seja explorado uma vez a cada 30 anos e sejam extraídos até 40 metros cúbicos por hectare. Tanto esse volume quanto o prazo são aceitos pelo Ibama como necessários para que a floresta se recupere.

Mas não são parâmetros consensuais. Por exemplo, Paulo Kageyama, pesquisador da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da USP, não acredita que os planos sejam sustentáveis porque espécies como o mogno têm ciclo de vida maior que 60 anos.

Problemas - Apesar desse e de outros pontos polêmicos do manejo florestal, técnicos e pesquisadores reconhecem seu mérito ao colocar em prática o que de melhor se conhece da biologia e da engenharia de florestas. Sua maior fragilidade, no momento, não é técnica, mas comercial e de credibilidade junto aos consumidores, por representar apenas 16% da produção madeireira da Amazônia e não ter conseguido se separar completamente da extração predatória de madeira.

Ano passado o Ibama conduziu um levantamento de campo dos planos de manejo florestal na Amazônia, deslocando fiscais de outros Estados. O resultado foi o cancelamento de metade dos planos até então aprovados. A irregularidade mais frequente: o seu uso para "esquentar" árvores dos desmatamentos em propriedades privadas, terras públicas e terras indígenas.

Mesmo os planos que passaram pela vistoria ainda podem ter problemas. É o que mostra a recente decisão do Ibama de suspender todas as autorizações de corte de mogno, até que os 12 planos de manejo que lidam com a espécie passem por nova auditoria, desta vez com a participação de observadores externos, recrutados em universidades e organizações não-governamentais.

Na Europa, é grande a pressão por certificação

As madeiras tropicais movimentam um comércio internacional da ordem de US\$ 21 bilhões ao ano, no qual o Brasil participa com menos 10%. O Japão, a União Européia e a América do Norte respondem por mais de 80% desse comércio. É um negócio modesto comparado ao estrago que provoca nas florestas tropicais ao redor do planeta.

No mercado europeu, a pressão dos consumidores contra os produtos de madeiras tropicais extraídas sem cuidados ambientais, levou a Ikea - maior rede varejista de mobiliário e decoração -, a se comprometer com a certificação independente de seus produtos com madeira.

A certificação adotada pela Ikea é a feita pelo Conselho de Manejo Florestal (Forest Stewardship Council, FSC em inglês), uma iniciativa que

reúne entidades empresariais e ambientalistas, na concessão de um selo de qualidade ambiental aos produtos florestais obtidos segundo as melhores práticas disponíveis.

Poucas madeiras da Amazônia estão certificadas pelo FSC. É o caso da Mil Madeiras de Itacoatiara Ltda., produtora de madeira serrada, controlada pelo grupo suíço Precious Wood, e a Gethal, produtora de compensados sediada também em Itacoatiara (a 270 quilômetros de Manaus).

Brasil - As áreas certificadas na Amazônia somam pouco mais de 270 mil hectares, menos de um terço do total de 850 mil hectares de áreas nativas e plantadas certificadas pelo FSC no Brasil. O total de madeira certificada que essas áreas podem fornecer é menor que 400 mil metros cúbicos de toras por ano. Muito pouco comparado aos 24 milhões de metros cúbicos consumidos todos os anos, no País.

Cabe aos consumidores brasileiros mudar essa realidade. A experiência internacional mostra que são os cidadãos e cidadãs comuns os mais eficientes agentes de mudança do setor. A busca por produtos certificados abre um novo mercado para as empresas, ao mesmo tempo que a rejeição aos produtos não certificados cria um estigma para as empresas que não queiram ou não consigam obter a certificação. As mudanças são urgentes em todo o mundo. Não há floresta para mais do que poucas décadas.

Falta de controle causa alto índice de desperdício

A indústria madeireira amazônica, em que mais de 80% da matéria-prima - as árvores - vem de desmatamentos, nunca teve pretensões de manter-se em caráter permanente no cenário econômico. Por essa razão tem um índice de aproveitamento dos mais baixos do mundo. Pesquisa da organização não-governamental Imazon, de Belém do Pará, mostra que

nas serrarias da Amazônia apenas um terço das toras arrancadas são transformadas em produtos em semi-acabados: tábuas, pontalões e caibros.

O resto fica perdido na mata de onde foram extraídas e nos pátios das serrarias. Um exemplo do desperdício: em torno de 10% das árvores cortadas não são aproveitadas, simplesmente porque quem as corta não informa quem vai retirá-las ou porque ao cair ficam em posições inalcançáveis para os tratores e cabos.

Os desmatamentos legais e ilegais somam 2 milhões de hectares anuais (um quadrado de aproximadamente 140 quilômetros de lado) e fornecem os 24 milhões de metros cúbicos anuais de árvores em tora para a indústria madeireira - uma média de 12 metros cúbicos por hectare desmatado. Para obter o mesmo volume de madeira através do manejo florestal, bastariam 800 mil hectares (um quadrado de aproximadamente 90 quilômetros de lado) ao ano, com a vantagem que essas áreas não estariam desmatadas após a extração.

Em 30 anos de manejo, 24 milhões de hectares teriam sido reservados para a atividade, sem impedir que outras possibilidades, como o turismo, a pesca e a caça controladas, fossem desenvolvidas nessas áreas. No mesmo período, se as taxas e os métodos atuais de desmatamento permanecessem, 60 milhões de hectares, ou quase um quinto da floresta, terão desaparecido.

Alternativas - Por que esse quadro não se altera, apesar de não interessar a ninguém além dos poucos que lucram com a destruição? Antes de mais nada porque outras atividades econômicas - que conferem valor à floresta viva - não são incentivadas nem permitidas. É o caso de diferentes formas de turismo outdoor que, por exemplo, nas florestas (também tropicais) da Costa Rica geram US\$ 600 milhões anuais. A área dedicada ao turismo na Costa Rica não chega a um décimo do que é aqui devastado atualmente. O turismo internacional na Amazônia é, hoje, menor que 20% do existente na Costa Rica. (R.K.)